

# Porto.

Discurso do Presidente da Câmara  
Municipal do Porto  
Rui Moreira

**Sessão Solene  
de Instalação dos Órgãos do Município**

25 de Outubro de 2017  
17h00 Teatro Municipal do Porto Rivoli

**Porto.**

- Senhor Presidente da Assembleia Municipal
- Senhores Vereadores, membros da Assembleia Municipal e Presidentes de Junta de Freguesia eleitos
- Senhor Presidente da Junta da Galiza, Alberto Núñez Feijóo
- Senhora Presidente do CDS/PP, Dr.ª Assunção Cristas
- Senhores Presidentes das Câmaras de Lisboa, Braga, Gouveia, Maia e Paredes
- Senhor Administrador Diocesano do Porto, D. António Taipa, Bispo Auxiliar, Excelência Reverendíssima
- Caro Professor Valente de Oliveira
- Caro Dr. Francisco Ramos
- Caro Dr. Artur Santos Silva
- Senhor Presidente da Associação Comercial do Porto
- Senhora Presidente do Instituto Politécnico e Senhora Representante do Reitor da Universidade do Porto
- Senhor Comandante Metropolitano da PSP
- Senhor Presidente do F. C. Porto
- Senhores Vereadores que agora terminam funções
- Senhores Presidentes de Fundações aqui presentes
- Demais Autoridades Civas, Militares e Religiosas,
- Caras Amigas e Caros Amigos
- Minhas Senhoras e meus Senhores,

No dia 1 de Outubro, o Porto falou. Falou onde mais importa: nas urnas. E sufragou um programa que conhece, dando-nos o seu voto de confiança.

Por isso, nos próximos quatro anos, continuaremos a trabalhar na concretização do nosso projecto político: um projecto feito de políticas que envolvem os cidadãos, mas também as instituições públicas e privadas.

Não haverá tempo para recuos ou hesitações porque o mandato é claro e reforçado. O tempo, em política, é sempre escasso o que implica que todas as nossas energias se concentrem nos ajustamentos a que o sucesso nos obriga.

O sucesso que a cidade vive, e de que desfruta, é hoje inegável. Deve-se ao engenho e à abnegação dos cidadãos e à capacidade que as instituições têm tido para o não impedir e, ao contrário, para o impulsionar.

Mas esse sucesso coloca um elevado grau de exigência a este novo executivo. Os portuenses, que nunca se acomodam, exigem-nos que se concretizem os projectos que estão em curso, porque sabem que eles terão um impacto decisivo nas suas vidas.

Obviamente, a prossecução metódica deste programa não excluirá o inevitável debate, com as diversas forças políticas nos órgãos democraticamente eleitos e em todos os fóruns de cidadania em que continuaremos a participar.

Prometemos respeitar as ideias divergentes e nunca ignorar os contributos convergentes.

Mas sejamos claros, que não haja os equívocos que, ultimamente, têm ganho adeptos na sociedade portuguesa: o respeito pela oposição, que aqui saúdo, e pela diversidade das

opiniões em que o Porto é tão fértil, não implica que todas sejam acatadas e não pode entorpecer a nossa capacidade e obrigação de concretizarmos aquilo que de nós é esperado, por mandato, dos portuenses.

Foram os portuenses que nos garantiram estas condições de governabilidade. É perante eles que, em primeiro lugar, respondemos. E é, por isso, no cumprimento do nosso programa que assumimos as nossas responsabilidades. Respeitaremos, por isso, todas as opiniões. As opiniões convergentes e as divergentes. Mas é bom ter em conta que nós também temos uma opinião.

Não fomos eleitos para arbitrar. Fomos eleitos para governar e, por isso, não seremos neutrais perante tudo o que se quer, se diz ou se faz. Da mesma forma, quem não é poder, não foi eleito ou não quis, sequer, ir a votos, não deve calar. Mas deve respeito igual ao respeito que de nós merece.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

A equipa da vereação hoje empossada é composta por gente jovem mas com muita experiência, de uma geração sub-50 muito qualificada. Foi assim apresentada à cidade. Foi escolhida para governar a cidade. E assim fará.

Nos próximos anos, são muitos os projectos que pretendemos concluir. Muitos deles estão em curso. O mercado do Bolhão, o palácio Cristal, o Matadouro, o centro de recolha de animais, o terminal Intermodal de Campanhã, o rio Tinto e o parque Oriental, os meios suaves, a intervenção na Asprela e na Boavista. Alguns são urgentes e estão em

obra. Outros estão anunciados e serão lançados. Infelizmente, a capacidade de concretização de projectos já não depende apenas da autonomia financeira que está garantida ou do processo decisório interno. Hoje, o poder autárquico está a mercê de condições de imponderabilidade nunca antes vistas.

Falo, é claro, do problema da contratação pública e dos seus cada vez mais complexos, centralistas e burocráticos caminhos.

O natural e compreensível inconformismo do privado que perde um concurso público, porque a decisão do júri lhe foi desfavorável, é razoável. Tal como é perfeitamente compreensível que recorra ao seu direito a litigar, no sentido de tentar obter o ressarcimento relativamente a um dano que entenda que lhe possa ter sido causado.

O que não se compreende é que, neste caso, o superior interesse público não seja acautelado. Interesse público que antes podia ser defendido pelo instrumento da resolução fundamentada que, sem retirar os direitos à indemnização de eventuais lesados, permitia ainda assim que as Câmaras Municipais procedessem à adjudicação dos contratos resultantes de concursos públicos, avaliados por júris independentes. Assim se evitavam as consequências danosas para os cidadãos que sempre resultam de um adiamento na adjudicação. Podia aqui dar exemplos diversos, de como isso prejudicou a execução de projectos fundamentais para a cidade no mandato que aqui termina.

Era isso que sucedia no passado e que o anterior governo alterou. E alterou a regra apenas para os Municípios, mantendo o instrumento da resolução fundamentada para o estado central e para a sua própria contratação.

É urgente e indispensável que este princípio seja repostado para as Autarquias, sob pena de, além do mais que já referi, se estar a promover a litigância, tantas vezes por mera révanche e até por motivos políticos, com efeitos suspensivos que adiam o investimento público.

Essa é uma exigência que os municípios não podem deixar de colocar. Essa é uma exigência que continuarei a fazer junto do Governo da República, nunca deixando de recordar que o poder autárquico tem a mesma legitimidade democrática que o poder central e não pode, por isso, ser discriminado negativamente.

Não é tolerável que o governo entenda que um Ministério ou Instituto possa invocar o interesse público nesta matéria, e não conceda igual capacidade aos Municípios.

É insuportável esse tique de centralismo e de superioridade do legislador, expresso de resto em inúmeras leis que desrespeitam a autonomia do poder local e desvalorizam o mandato que os eleitores conferem aos seus eleitos locais e aos quais exigem acção.

Esta questão prende-se também, com a prometida descentralização que estará na agenda política nos próximos meses. Se o Estado pretende descentralizar, deve transferir competências; e se o pretende fazer não pode, simultaneamente, desconfiar dos municípios e retirar-lhe competências em matéria de contratação que mantinha para si na gestão da mesma coisa pública.

De outra forma, apenas delegará algumas funções, e não descentralizará competências, submetendo os municípios ao papel passivo de delegações locais do Estado central, transferindo encargos sem a justa contrapartida.

Sobre isso, não resisto a regressar ao meu discurso de tomada de posse de há quatro anos:

“O poder local, na verdade, mais do que qualquer outro poder público, é o que melhor corporiza a ideia de um Estado de proximidade: de relação com os cidadãos, que às vezes, e quantas vezes com razão, olham para o poder central como poder longínquo e até temível”.

Quatro anos depois, e em face dos mais recentes acontecimentos, constatamos que o Portugal moderno e desenvolvido, o Portugal subsidiário onde todos são respeitados e no qual as necessidades de todos são tidas em consideração, continua adiado.

Não, não contem connosco para sermos meros executores de políticas públicas sobre as quais não temos uma palavra a dizer. Não, não contem comigo ou connosco para comprometermos a capacidade financeira do Município se não pudermos exercer opções. Não, não tentem converter a câmara do Porto numa qualquer direcção regional.

Sim, contem connosco, com todo o nosso empenho e engenho, se querem fazer uma descentralização que observe o princípio da subsidiariedade. A descentralização que pretendemos, que exigimos, implica a partilha de competências, e só é exequível com a transferência de recursos humanos e financeiros essenciais para concretizar esse desígnio.

E podem ter a certeza de que o Porto colaborará activamente, quer no que à cidade diz respeito quer naquilo que exige uma articulação metropolitana ou regional.

Ao longo dos últimos quatro anos, soubemos construir essa articulação estratégica, em círculos concêntricos:

- com a Frente Atlântica, numa relação de coroa metropolitana próxima;
- com a Área Metropolitana, num horizonte mais alargado;
- com a região, envolvendo todo o Norte;
- com a Galiza, no âmbito desta grande euroregião;
- na promoção turística, também, onde existe hoje uma muito maior articulação, no combate pelas infra-estruturas.

As cidades inscrevem-se numa geografia variável que se ajusta aos mais diversos desafios. Há matérias que são endógenas, e outras que são exógenas, por razão da massa crítica ou da necessidade de articulação e de planificação.

O Porto não é, apenas, o centro nevrálgico da Área Metropolitana. Tem um papel preponderante na Região que tarda em se afirmar como uma voz. Um dia, haverá Regionalização; e já ninguém se contentará com uma regionalização meramente administrativa.

No entanto, O Porto não pedirá licença para falar pelo Norte. Desculparão que reclame esse mérito: nestes quatro anos o Porto assumiu um novo papel político, tem hoje um crédito diferente. Assumimos um papel incómodo, que não congregou simpatias, quando reclamámos por aquilo a que tínhamos direito. Miguel Veiga reclamava que o Porto era



um prestígio à procura de poder. Hoje, o Porto é menos bem comportado, mas assume esse seu poder.

Fazemo-lo, note-se, sem complexos, sem nunca reclamarmos uma qualquer capitalidade ou supremacia. Conseguimos fazê-lo, valha a verdade, porque os municípios mais próximos entenderam que, nas questões estratégicas, na defesa das nossas populações, nunca adoptámos uma posição hegemónica. Conseguimos fazê-lo com Lisboa, com quem mantemos um diálogo muito importante, com a Galiza, com Viseu, com Faro.

Fizemos o mesmo a nível regional e metropolitano porque os autarcas desses municípios tiveram, também eles a necessária clarividência, esquecendo velhas querelas e rancores e desvalorizando alinhamentos partidários. Sim, na sua esmagadora maioria, o xadrez do poder autárquico português é, minhas Senhoras e meus Senhores, exemplar. E essa colaboração estreita, no conceito das Ligas de Cidades, continuará a ser uma das nossas apostas prioritárias.

Esse conceito continuará a estar presente na diplomacia económica, que iremos acentuar neste mandato. A partilha de experiências na área da inovação, da governância e da sustentabilidade com cidades muitas vezes longínquas mas com problemas idênticos é essencial, tal como é essencial promover o Porto e a sua marca fora de portas, atraindo assim a atenção de investidores estrangeiros.

E, quer para esses quer para os portugueses, a Câmara não pode ser, apenas, um agente simplificador. Já não chega desburocratizar, e o instrumento fiscal de que dispomos não é o mais interessante para atrair investimento.

Aquilo que temos feito com a Invest Porto, e continuaremos a fazer, é ajudar quem quer investir, através do aconselhamento estratégico, identificando a melhor localização e os recursos existentes, mapeando e listando as vantagens competitivas que o Porto pode oferecer.

A grande visibilidade que a cidade conseguiu, nos últimos anos, potenciada pela marca Porto Ponto, atrai a curiosidade crescente dos investidores e nós continuaremos a fazer o nosso trabalho, a mostrar-lhe que a nossa cidade, confortável, interessante e segura, tem todas as condições para atrair empresas e pessoas.

Falo de toda esta lógica de promoção e afirmação interna e externa do Porto, perante uma plateia muito relevante: de autarcas da Área Metropolitana; de autarcas de outras cidades que conosco têm feito pontes importantíssimas - e não me levarão a mal se destaco a presença do meu colega presidente da Câmara de Lisboa, que amanhã tomará posse para um novo mandato; mas também de dirigentes partidários que, com elevação e espírito democrático, aqui quiseram marcar presença, engrandecendo este momento e, sobretudo, o Porto.

Mas não só de Portugal. A presença nesta cerimónia do Senhor Alberto Núñez Feijóo, Presidente da Xunta da Galicia, ou seja, do Governo Regional da Galiza, é não apenas uma honra para a cidade, mas é também - permita-me que lhe diga - o selar de um entendimento e de uma amizade que soubemos construir entre duas regiões condenadas ao entendimento e, mais do que isso, a um caminho de desenvolvimento comum.

Na gestão do sucesso, a que prefiro chamar de sustentabilidade, teremos que fazer opções muito claras. Desde logo, aqui o afirmo, o turismo, que tanto tem feito para

mudar o rosto da cidade, com um extraordinário impacto na reabilitação, no empreendedorismo, na criação de emprego, no ressurgimento do comércio, não pode ser visto como um problema, porque não é, em si, um problema.

Não nos podemos deixar converter à turismofobia. Precisamos, é claro, de garantir que a sua pegada não causa constrangimentos à cidade. Iremos, por isso, continuar a regular as suas actividades de tal forma que o seu impacto na cidade seja virtuoso e seja compatível com os justos anseios dos portuenses que não querem abdicar do seu conforto e da sua qualidade de vida.

Essa equação, minhas Senhoras e meus Senhores, é possível e está ao nosso alcance. Exige que se façam opções, desde logo garantindo que o espaço público e as infra-estruturas da cidade, que são bens escassos, sejam geridos com maior eficácia quando estão sujeitos a maior procura, quando estão sob pressão.

Esta pressão revela-se em particular na habitação. O problema com que hoje estamos confrontados é comum a todas as grandes cidades. A todas as cidades de sucesso. A todas as cidades desejadas por empreendedores e por moradores.

Não sendo o Porto uma grande cidade, nem estando sequer no top 50 das cidades com mais turismo, a verdade é que o nosso grande crescimento, com particular incidência em determinadas zonas, comporta ameaças idênticas.

O problema resulta, como está amplamente diagnosticado em inúmeras cidades, e por todo o mundo, no crescimento dos preços da habitação a uma velocidade muito superior

ao aumento do poder de compra dos cidadãos. Assim, o custo da habitação na proporção do rendimento das famílias vai crescendo, até atingir níveis, por vezes, in comportáveis.

Criam-se, assim, modelos concêntricos em função do poder de compra, afastando a classe média para a periferia e os mais necessitados para círculos ainda mais distantes, agudizando as desigualdades, retirando o carácter interclassista aos meios urbanos, obrigando aqueles que têm menores rendimentos a maiores e mais demoradas deslocações diárias, com um terrível impacto nas suas famílias.

Naturalmente, essa estratificação é uma preocupação maior, que a todos aflige. É claro que o problema pode ser mitigado através de medidas fiscais, de incentivos, de investimento público em habitação ou em reabilitação. Tudo isso é possível, e desejável, e saudamos as medidas que este Governo anunciou. Estas medidas, e outras idênticas que iremos aplicar, utilizando os recursos municipais disponíveis, engrossados pela taxa turística, não chegam, contudo, para inverter a balança.

O aumento da procura de um bem escasso resulta sempre, no final do dia, num agravamento do preço. Essa é uma característica das economias de mercado que, e ainda bem, o país democrático escolheu seguir há muitos anos.

Sendo essa uma evidência, entender-se-á que o problema do aumento dos preços só pode ser contido, e finalmente resolvido, aumentando a oferta.

Em campanha eleitoral explicámos como se podem utilizar os recursos gerados pela taxa turística para compensar a discrepância entre o preço de mercado e aquilo que a classe média pode pagar. Mas fomos mais longe, quando explicamos que o desejável equilíbrio

entre a procura crescente e a oferta limitada pela dimensão da cidade só se pode fazer através da densificação da cidade em zonas específicas. Sei bem que este é um tema que preocupa alguns sectores mais conservadores da cidade. A esses, gostaria de dizer que não será por isso que a cidade perde a sua alma. Não a perdeu na segunda metade do século XIX, quando se densificou; não a perderá neste nosso tempo. O Porto não se pode enamorar num idílio nostálgico e tradicionalista. Porque a alma do Porto, que resulta das suas gentes, só será perdida se a cidade não tiver condições para que a sua população lá permaneça. É essa permanência que queremos garantir.

A habitação a preços compatíveis com os rendimentos das famílias é, seguramente, a condição fundamental de sustentabilidade, e será, em suma, uma das grandes apostas deste executivo.

O modelo de habitação social, que o Porto tem sabido gerir ao longo dos últimos quarenta anos, será continuado. Mas, é indiscutível que já não é suficiente. E precisa, também de se adequar aos novos tempos, às exigências que decorrem das crescentes necessidades de uma população sénior que continuará a aumentar, e que pretendemos que tenha condições de conforto para poder viver o mais tempo possível autonomamente. A criação de residências para seniores, com um conjunto de valências colectivas, é a resposta inevitável para esta alteração demográfica com que vivemos.

Também na mobilidade - uma das preocupações dos portuenses - iremos implementar um conjunto de medidas que contribuirão para a sustentabilidade da cidade. O Porto tem hoje mais trânsito; e tem, também, concomitantemente, uma muito maior procura nos transportes públicos. Mais uma vez, estamos a falar do sucesso. Quem são e para onde

vão os passageiros quer do transporte público quer do individual? Ou seja, também na mobilidade há uma maior procura da cidade interessante e confortável. Porque ela vive, nela se cria emprego e nela se quer viver.

Nesta área sabemos que os investimentos necessários demorarão tempo, muito tempo, e dependem em larga medida do Orçamento de Estado. A expansão da rede de Metro e a sua densificação urbana é um processo em curso mas que apenas produzirá efeitos depois de findo o mandato que agora começa.

Resta-nos pois, sermos mais inventivos.

A gestão dos STCP por parte dos municípios, os investimentos no Terminal Intermodal e nos meios suaves proporcionarão, seguramente, algum alívio. A nova semaforização e gestão inteligente do tráfego, já em concurso, terá um impacto positivo no trânsito.

Mas é indispensável ir mais além. Necessitamos de novos parques de estacionamento na cidade de forma a libertar a via pública para um uso mais racional, e temos de articular políticas de mobilidade com os municípios vizinhos, o que já está em curso. Necessitamos, também, de promover a alteração de hábitos ancestrais por parte dos utilizadores do transporte individual que já não se coadunam com a dinâmica da cidade. Necessitamos de apostar na mobilidade verde e inteligente e de resolver alguns nós górdios, nomeadamente o mais importante: o da VCI. O entendimento a que chegámos com Vila Nova de Gaia é claro e implica uma negociação com o Governo, de forma a reduzir o impacto do trânsito de atravessamento que prejudica a mobilidade, a segurança rodoviária e o ambiente na coroa metropolitana.

Na questão da limpeza, tão importante e avaliada paradoxalmente de forma tão contrastante por quem cá vive e por quem nos visita, iremos alterar o paradigma que herdámos. A recolha de resíduos deixará de ser concessionada e utilizaremos a nova empresa municipal para melhorar a qualidade do serviço que é oferecido. Também nesta matéria, precisamos de uma alteração de hábitos cívicos por parte da população, mas acredito que as crianças podem ser o maior factor de transformação e os grandes agentes de sensibilização para a necessidade de preservar o meio ambiente e respeitar o espaço público.

A cidade sustentável que queremos articula-se em torno destes e de muitos outros eixos. Nomeadamente na questão da segurança, um outro fantasma que alguns agitaram. Pois nessa matéria temos uma ideia clara sobre a prevenção: a proximidade, a confiança e a consideração mútua e solidária entre os cidadãos é muito mais eficiente do que os muros, as grades e a presença excessiva ou obsessiva das forças de segurança na rua. É por isso que o Porto já é hoje mais seguro do que há anos atrás. E será mais seguro se o espaço público da cidade tiver uma função democrática, onde as pessoas encontram a diversidade social e ganham uma maior capacidade de compreensão através da partilha do mesmo espaço comum.

As políticas públicas não podem interferir no espaço privado. Limitam-se, apenas, a regulá-lo. Mas devem definir a utilização e a fruição do espaço público. É essa a chave da sustentabilidade, desse desígnio que elegemos como prioritário.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Teremos de ser capazes de responder às necessidades imediatas, sem contudo comprometer o futuro.

Para isso, precisamos de manter as boas contas, de tratar do ambiente, de garantir a segurança, de contribuir para um justo equilíbrio social, de assegurar que a cidade, que é de todos, não é capturada por interesses individuais, que pode crescer sem perder o seu carácter, continuando a ser motivo de orgulho para os seus, que a querem confortável e interessante. Queremos uma cidade amiga do seu futuro, uma cidade aberta às famílias e aos jovens, uma cidade que cuida dos mais velhos mas que se prepara para fixar as novas gerações.

Depois de quatro anos em que demonstramos que a fruição comum do espaço público era possível, mesmo quando alguns entenderam que era só festa - como se a felicidade comum não fosse um activo - queremos apostar mais no desporto e na fruição dos espaços livres.

Naturalmente, a cultura continuará a ser a nossa grande aposta. E, por isso, e não por acaso, estarmos hoje aqui no Rivoli, não posso deixar de afirmar o meu compromisso solene:

Vamos continuar a apostar na cultura!

Numa cultura acessível a todos, numa cultura cosmopolita que nos abra horizontes mas que nunca esqueça as nossas raízes e as nossas pessoas. A cultura, acreditem, é o mais importante dos cimentos, é o maior instrumento para o desenvolvimento de uma sociedade que se quer culta, madura e exigente.



É isto, em suma, o que vos gostaria de dizer. Que o Porto, que foi sufragado, é por aqui. É este Porto reconquistado, feliz, vibrante, confiante que hoje temos, que queremos afirmar para o futuro. Um futuro que merecemos, que não tememos.

Tenho o orgulho e a alegria de fazer parte deste Porto, deste tempo.

Agradeço, por isso, e de todo o coração o voto de confiança dos portuenses. Garantindo-vos que também eu não o temo e tudo, tudo farei para o merecer.